

LIVROS ESCOLARES:
O CIRCUITO DOS AUTORES AOS ALUNOS

Quando, no começo do ano lectivo, principia a azáfama da compra dos livros escolares inicia-se também uma série de dificuldades para pais e alunos. Ouvem-se protestos sobre os preços, queixas por não estarem à venda os manuais recomendados pelos professores ou por o livro do ano anterior já não servir nem para o irmão mais velho nem para o aluno repetente. Ultrapassados, melhor ou pior, estes primeiros momentos do recomeço do ano escolar, uma questão fica quase sempre esquecida: como e quem faz a selecção dos livros que, entretanto, foram comprados.

Quem selecciona os manuais escolares? Com que critérios?

Pais ou mães atentos observam o conteúdo do livro que compram para os filhos. Outros vêem a capa, folheiam-no, sopesam-no, lêem o título, passam os olhos pelas figuras. Outros ainda, pagam apenas o novo livro, com maior ou menor relutância conforme a bolsa e os critérios de valorização das despesas. No fim do ano se verão os resultados...

A quem se dê ao cuidado de, pelo menos, folhear um livro escolar, raramente escapa a menção na contracapa «Aprovado nos termos da portaria n.º 856/83». O que aparentemente quer dizer que o livro foi aprovado pelo Ministério da Educação. Grande engano! Esta portaria, com validade anual, regulamenta apenas o preço de venda (para o ensino obrigatório existem tabelas máximas fixadas; para os outros graus de ensino esta portaria estabelece normas que determinam a atribuição de preços).

Se o Ministério aparentemente — e de facto — apenas define o modo de atribuição de preços dos livros escolares e não aprova o respectivo conteúdo, quem o aprova? Quem toma a responsabilidade de dizer: adopta-se este, não aquele?

Esta tarefa é deixada aos professores. Mas como fazem eles? Dão-se ao cuidado de analisar o conteúdo de cada livro e de os comparar? Não é esse o processo habitual. Por incapacidade? Para não perder tempo? Ou porque nem sequer conhecem todos os livros existentes no mercado, para a mesma disciplina e ano? O Ministério da Educação não se tem encarregado de divulgar esta informação e os editores e distribuidores não o fazem também de modo sistemático, por várias razões, entre as quais ressalta o facto de alguns livros serem lançados no mercado só no início do ano escolar, quando os livros a adoptar já estão, ou deveriam estar, seleccionados. A escolha é feita, assim, a partir de um leque incompleto de hipóteses e pode mesmo ser condicionada pelos editores, que tomam a iniciativa de irem a algumas escolas vender o «seu produto».

O que são e o que deveriam ser os manuais escolares é questão em que pouco se reflectiu. E para quê? Os programas que forçosamente antecedem os livros, neles fundamentados (esses sim aprovados pelo Ministério da Educação), são objecto de tantas críticas — e é o próprio Ministério a reconhecê-las ao alterá-los com muita frequência — que as deficiências dos novos livros ficam assim «desculpadas» com as deficiências e mudanças constantes dos programas.

A decisão final dos professores baseia-se na opinião mais ou menos generalizada de que não há bons manuais, no insuficiente conhecimento da oferta do mercado e na ausência de regras sobre o que devia ser um manual escolar.

Pesam na decisão critérios tão pouco válidos como: «Apareceu um novo manual, vamos experimentá-lo»; «A apresentação gráfica de A é melhor do que a de B»; «Recomendaram-me um, usado na escola tal»; ou mesmo «É preferível não usar este porque, embora simples para o aluno, não traz ao professor informação suficiente». Se todos os manuais têm defeitos, «Tanto faz, adopta-se um». E, pode afirmar-se, raramente o preço pesa na decisão.

Porque surgem tantos manuais no mercado?

Para o mesmo ano e disciplina o mercado oferece um vasto campo de hipóteses. A liberalização do mercado é quase total. Dir-se-ia mesmo que a única coerção advém da definição do preço de capa que, como já se disse, pesa pouco na escolha.

A situação actual parece resultar sobretudo da incapacidade, por parte do Ministério da Educação, de pôr em prática decisões anteriores, que procuravam regulamentar o mercado do livro escolar. O decreto n.º 191/79 tentava definir uma nova política, legislando sobre as normas de concurso para adopção de livros, os processos de apreciação da sua qualidade científica e pedagógica e, ainda, sobre prazos de vigência dos programas. Este decreto, que exigia disposições legais complementares, foi posteriormente modificado, anulando-se os concursos para a apreciação de livros e revogando-se as portarias em que se definiam critérios de aprovação de programas e de manuais.

Águas passadas não movem moinhos. Mas não valerá a pena repensar na vantagem dum parecer do Ministério, que deveria ser divulgado, sobre a conformidade dos manuais aos programas e mesmo sobre a qualidade dos livros, através de comissões representativas, de reconhecida competência, cujos membros não fossem anónimos (o anonimato levanta, aliás, a dúvida dos «compadrios» e a incerteza dos critérios de avaliação)? Não caberá ao Ministério assegurar também um inteligente cumprimento dos programas, impedindo que o estudo da Geografia se faça através de uma indigesta acumulação de factos pontuais? Não caberá também ao Ministério definir prazos mínimos de vigência de programas, não os alterando constantemente? Não lhe caberá ainda impedir que os livros escolares apresentem cópias extensas de outros

livros ou manuais, sem citação dos autores, com evidente atropelo dos seus direitos?

Mudam os programas, mudam os livros. O novo programa aparece, às vezes, no início do ano lectivo. É necessário aproveitar o «furo» comercial — editar rapidamente o livro, que se venderá tanto melhor quanto mais depressa surgir no mercado. É perciso ser o primeiro ou, pelo menos, um dos primeiros. Há que trabalhar depressa. Colam-se atabalhoadamente excertos de livros ou sebatas de curso, sem tempo para detectar as falhas e contradições. Altera-se a ordem dos capítulos para os livros se adaptarem aos novos programas. Manda-se desenhar mapas (às vezes!) sem os corrigir... Nem pensar em tempo para reflectir sobre o modo de transmitir os conhecimentos que o programa exige... Acumulam-se gralhas, os defeitos de impressão... A concorrência espreita, os clientes não esperam, sacrifique-se a qualidade.

Um mercado desorganizado

Como se explicará que, atendendo à imponderabilidade de uma previsão de vendas, à aleatoriedade do prazo de vigência dos programas, autores e editores se arrisquem ainda a publicar numerosos livros?

A desorganização do mercado e o facto de ele ser relativamente amplo, sobretudo no ensino primário (776 000 alunos, em 1982/83) e preparatório (318 000), são factores a ter em conta. Vale a pena correr o risco. Editores e distribuidores interferem na decisão. Em áreas de povoamento disperso é corrente serem eles que «batem as escolas»: «Saiu este manual. Deixo ficar exemplares para os alunos. Passo por cá outro dia». A escolha está simplificada para o professor, a compra para os alunos. Porque não? Se o Ministério permite a sua venda e lhe atribui um preço, se saiu este ano, se reproduz o programa ou o copia até integralmente nalguns aspectos, para quê procurar mais?

Muito há que corrigir na preparação, impressão, difusão e selecção dos livros escolares, que deviam ser cuidadas e reflectidas, e onde os intervenientes são muitos: Ministério da Educação, autores, editores, distribuidores, professores e outros responsáveis do sector da educação. O primeiro não se pode continuar a marginalizar do processo. Os editores e distribuidores deveriam lutar contra uma situação que condenam... mas de que alguns se aproveitam. Os autores não têm o direito de queixar-se dos «maus programas» e das deficientes condições em que elaboram livros, se contribuem para a manutenção destas, não só com o seu silêncio como com a persistência em elaborar livros que, com pouco trabalho, asseguram às vezes um confortável rendimento. Os professores, desde que acabam os cursos, descaram a sua actualização científica e exigem manuais que, mais do que ao aluno, os preparem e lhes forneçam a matéria «cozinhada», já pronta a ser engolida pelos discentes — como se fosse possível contemplar simultaneamente docentes e alunos. Finalmente, os pais e outros responsáveis do sector da educação

não se manifestam, remetendo a responsabilidade para os profissionais envolvidos. Todos somos, afinal, mais ou menos culpados.

MARIA HELENA DIAS
MARIA FERNANDA ALEGRIA